

A PRESENÇA OSTENSIVA DO CURRÍCULO OCULTO NA ESCOLA

Antonio Vuldembergue Carvalho Farias¹

Resumo

Este trabalho tem por objetivo evidenciar o currículo oculto como eficaz instrumento de dominação e submissão ao moldar os alunos à imagem e semelhança daqueles que detêm o poder econômico, político, social, cultural e eclesial. É na elaboração do currículo oficial, explícito que se disseminam ideologias que interessam aos detentores do poder, ao mesmo tempo em que se incutem valores e ideias de dominação, de submissão e de resignação, através do currículo oculto. Assim, procura-se referenciar e conceituar os currículos oficiais, expressos e o oculto, não escrito, assim como citam-se exemplos desse currículo oculto que estão presentes no âmbito escolar, fazendo parte da convivência diária dos estudantes e até mesmo da sociedade.

Palavras-chave: currículo, oculto, dominação, ideologias

Abstract

This work aims to show the hidden curriculum as an effective instrument of domination and submission by molding students to the image and likeness of those who have economic, political, social, cultural and ecclesial power. It is in the elaboration of the official, explicit curriculum that ideologies that interest power holders are disseminated, while instilling values and ideas of domination, submission and resignation, through the hidden curriculum. Thus, it seeks to reference and conceptualize the official, expressed and hidden, unwritten curricula, as well as examples of this hidden curriculum that are present in the school environment, being part of the daily coexistence of students and even society.

Keyword: curriculum, hidden, domination, ideologies

Resúmen

Este trabajo tiene como objetivo mostrar el currículum oculto como un instrumento efectivo de dominación y sumisión moldeando a los estudiantes a la imagen y semejanza de aquellos que tienen poder económico, político, social, cultural y eclesial. Es en la elaboración del currículo oficial y explícito que se difunden las ideologías que interesan a los titulares de poder, mientras se inculcan valores e ideas de dominación, sumisión y resignación, a través del currículum oculto. Por lo tanto, busca hacer referencia y conceptualizar los planes de estudio oficiales, expresados y ocultos, no escritos, así como mencionar ejemplos de este plan de estudios oculto que están presentes en el entorno escolar, formando parte de la convivencia diaria de los estudiantes e incluso de la sociedad.

Palabra clave: currículum, oculto, dominación, ideologías

¹ Doutor em Ciências da Educação - Inovação Pedagógica - Universidade da Madeira - Portugal.
Mestre em Ciências da Educação - Inovação Pedagógica - Universidade da Madeira - Portugal.
Especialista em Planejamento Educacional, em Gestão Educacional e em Mídias na Educação.
E-mail: vuldembergue@gmail.com.
Site: www.vuldembergue.com.br

Introdução

Sendo a escola o lugar onde se dá a reprodução das relações sociais foi possível, através da observação crítica e sistemática do comportamento dos alunos, verificar que há uma grande quantidade de ações, pensamentos, costumes e procedimentos que não foram ou não são oficialmente transmitidos nas salas de aula nem estão na grade curricular oficial dos sistemas educacionais, mas incorporados pela simples presença oculta de valores e condutas, que não constam dos planejamentos escolares e assim, não fazem parte da aprendizagem projetada. Tudo isso somado a uma grande quantidade de experiências que meninos já trazem de casa antes de se tornarem em alunos, mas que constituem um extenso mundo cultural.

Dessa forma, pretende-se uma abordagem do currículo oculto, no que diz respeito aos modos de vivência e convivência dos alunos nas escolas, especialmente quanto ao que não está escrito nem é determinação expressa dos entes educacionais para cumprimento pelos alunos.

Assim, ao longo do trabalho conceitua-se o que seja currículo expresso ou oficial e currículo não escrito ou oculto, com a finalidade de determinar ou observar comportamentos e atitude dos alunos ante à presença de normas escritas ou não e suas consequências em sala de aula e na sociedade.

Sendo assim, ao final, são apresentados alguns exemplos de normas, valores, comportamentos e quadros de referências que se cristalizam como currículo oculto na perspectiva de formar consciência, de esclarecer alunos e professores que muitas vezes são iludidos pela subjetividade contida na sutileza e na desfaçatez dos conceitos que a escola, e muitas vezes a própria sociedade, adotam com a intenção de beneficiar a classe social dominante, o empresariado.

Fundamentação Teórica

Para lastrear o estudo aqui proposto e acrescentando-se que o currículo consta de um propósito, de um contexto e de um processo, apresentam-se opiniões de estudiosos e teóricos sobre a concepção de currículo, considerando-se que “são inúmeras e muito variadas as definições que se encontram de currículo” (MACHADO et all, 1991, p. 1) para que se possa visualizar melhor as diferenças entre currículo oculto e expresso. Por outro lado, tem se tornado inócuas as tentativas de definições do que seja currículo ainda que haja uma necessidade de delimitação do seu campo e do estabelecimento de critérios (MACHADO et all, 1991).

Para melhor compreensão, Perrenoud (1996, p. 208) explica que:

Nuestra insistência en las prácticas, en el trabajo escolar, trata de subrayar que el currículum real, tal como lo entendemos aquí, no sólo es una interpretación más o menos ortodoxa del currículum formal. Constituye una transposición pragmática. Dicho de otra manera, el currículum formal y el currículum real no son de la misma naturaleza. El currículum formal es una imagen de la cultura digna de transmitirse, con la división, codificación, formación correspondiente a esta intención didáctica; el currículum real es un conjunto de experiencias, tareas, actividades, que originan o se supone han de originar los aprendizajes².

² Nossa insistência nas práticas, no trabalho escolar, tenta enfatizar que o currículo real, como o entendemos aqui, não é apenas uma interpretação mais ou menos ortodoxa do currículo formal. Constitui uma transposição pragmática. Em outras palavras, o curriculum formal e o curriculum real não são da mesma natureza. O currículo formal é uma imagem da cultura que vale a pena transmitir, com a divisão, codificação e treinamento

Dessa forma, ainda de acordo com Perrenoud (1996) as atividades escolares, as lições, as tarefas de casa, as avaliações são a conversão do currículo formal, feita pelos docentes e assim, o currículo manifesto deixa claro o que deve ser transmitido relativamente ao aprendizado do saber acumulado pelas gerações, enquanto que o currículo oculto é a mais clara expressão do currículo real, ou seja, são os aspectos não explícitos do currículo formal, como sustenta a Sociologia da Educação.

Continuando, de acordo com Perrenoud (1996), o currículo oculto não é exatamente um segredo posto que na escola o aluno aprende a viver em sociedade, a ser cidadão, a desempenhar suas atribuições, isto é, existe uma espécie de currículo moral ou uma consciência coletiva na qual percebe-se, claramente que o currículo oculto não é tão oculto localizando-se entre o currículo formal, legal, explícito e o currículo real, aquele que é legitimado por alunos e professores.

A par disso, a escola assim como a própria sociedade têm seus currículos ocultos que se assemelham entre si e muitas vezes se confundem confirmando o que diz Meksenas (1990, p. 34) ao estabelecer que “a moral da sociedade se estabelece a partir do momento em que existem valores e ideias compartilhados por todos os indivíduos como corretos e verdadeiros”. Essa afirmação se aplica também aos alunos no âmbito escolar assim como fora dos seus muros.

O currículo oculto se equipara ao que Durkheim (1972) considera como consciência coletiva, segundo a qual existem ideias, costumes e valores que devem ser compartilhados por todos os membros de uma sociedade como se fossem corretos e verdadeiros, sem os quais essa sociedade não sobreviveria, ainda que tais conceitos não estejam explícitos nos currículos escolares nem na sociedade.

Por outro lado, relativamente ao currículo formal, Sacristán e Gómez (2000, p. 46), afirmam que:

O currículo aparece, assim, como o conjunto de objetivos de aprendizagem selecionados que devem dar lugar à criação de experiências apropriadas que tenham efeitos cumulativos avaliáveis, de modo que se possa manter o sistema numa revisão constante, para que nele se operem as oportunas reacomodações.

Por sua vez, Silva (1999, p. 78), em relação ao currículo oculto, destaca que:

O currículo oculto é constituído por todos aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem, de forma implícita para aprendizagens sociais relevantes [...] o que se aprende no currículo oculto são fundamentalmente atitudes, comportamentos, valores e orientações [...].

É importante notar, por outro lado, que o currículo oculto não consta apenas dessas formas implícitas às quais se refere Silva (1999), que contribuem decisivamente para a estabilização das classes economicamente mais privilegiadas ao transmitir valores, atitudes e comportamentos convenientes ao sistema capitalista e à sociedade como um todo e não apenas aos alunos. Nesse sentido, Jackson (1990, p.34) destaca a simbiose entre currículos ao afirmar

correspondentes a essa intenção didática; o currículo real e um conjunto de experiências, tarefas, atividades que originam ou devem originar o aprendizado.

que “as might be expected, the two curriculums are related to each other in several important ways”³.

Considerando que o currículo oculto nas escolas se baseia em costumes e comportamentos que reforçam, nos alunos, valores e atitudes como o respeito, a obediência e a disciplina para a consecução dos seus objetivos pessoais, percebe-se que a escola se constitui na reprodução da sociedade haja vista que tais condutas estão ali presentes.

Dessa forma, quando condutas e modos se tornam hábitos e interiorizam-se como normais, transformam-se em currículo oculto, sendo transmitidos silenciosamente e incorporados à convivência diária, fazendo parte da aprendizagem transversal e constituindo-se em parâmetros adotados e seguidos por todos como se fossem obrigações escritas e susceptíveis de penalidades no caso de descumprimento, afinal “o que quer que as pessoas acreditem ser verdadeiro, ou é ou se torna verdadeiro em suas mentes” (HILL, 1986, p. 43).

Nessa perspectiva, na sociedade, fora dos muros escolares, há, também, uma espécie de currículo oculto que se constitui em “simpatias”, credices, medos, rituais, símbolos e comportamentos que, pelo menos a maioria da população, acredita e cumpre como se fossem escritos, legais, corroborando assim com Meksenas (1984, p. 30) quando afirma: “a convivência em grupo, por sua vez, só é possível se o indivíduo acatar certas regras comuns a todos, se for capaz de “abrir mão” de alguns dos seus desejos para ter outros, socialmente aceitos”.

Então, atitudes e comportamentos que geralmente são inconscientes e na maioria das vezes contrários ao currículo oficial são revelados por meio de gestos, ações, omissões, aprovações ou desaprovações, e, não raramente através de atos violentos, desrespeito, agressões, depredações e rebeldias.

As pessoas orientam-se pelas “deixas” que recebem em seu ambiente. Essas deixas são mensagens faladas ou silenciosas de “como as coisas devem ser feitas”. Elaboramos símbolos e estabelecemos rituais para identificar *status*, importância e atribuições dos indivíduos, [...] as pessoas são dotadas de um senso de “territorialidade pessoal” que abrange determinados direitos pessoais, admitidos como válidos, como por exemplo, o direito de não ser tocado, de não ser forçado a conversa com estranhos e o direito à privacidade de informações que, em parte, refere-se a indagações que se espera não sejam feitas. (HILL, 1986, p. 40).

Como se percebe são as atitudes e as condutas que determinam as situações comportamentais das pessoas, ainda que tais atitudes e condutas não estejam explicitamente determinadas, escritas ou oficializadas. Ou seja, o currículo oculto constitui-se de elementos que incutidos nos alunos, formam-lhes seus caracteres e os moldam conforme a ideologia daqueles que detêm o poder de identificar o que é importante e que deva ser transmitido.

A escola como aparelho ideológico do Estado

A escola é considerada a agência ideal para a transmissão de informações e de concepções que ultrapassam os limites únicos da aprendizagem e do conhecimento. No colégio são transmitidos, além dos conhecimentos sugeridos ou impostos pelos currículos escolares oficiais, aqueles que na maioria das vezes são interpretados pelos alunos como parte de sua educação para uma convivência pacífica em sociedade.

³ Como era de se esperar, os dois currículos estão relacionados entre si de várias maneiras importantes.

Sendo o currículo oficial, expresso, uma prerrogativa do Estado através dos diversos órgãos públicos de regulação, fiscalização e normatização, fica claro que todo o conteúdo a ser ministrado em sala de aula tem a feição das pessoas que nessas assessorias trabalham. Portanto, o currículo se baseia na imposição de determinado grupo de pessoas que determina o que deve ser transmitido através da grade curricular.

[...] a escola é obrigada a fazer uma organização do conhecimento transmitido. Tal organização é feita a partir de critérios dos quais o mais usado é aquele decorrente das ciências, cujo conhecimento é a base de onde são extraídos os conteúdos das disciplinas escolares. (KRUPPA, 1984, p. 30).

Nesse caso, não é de admirar que o Estado determine quais os conteúdos e quais as nuances devam ser adotadas para que os estudantes tenham este ou aquele comportamento tanto no que se refere à aprendizagem do conhecimento acumulado quanto aos seus modos de vida.

Assim, a educação escolar vem desempenhar o papel de transmissora da ideologia dominante. É o elemento responsável de inculcar em todos os indivíduos os valores e as ideias da classe empresarial como a única visão correta do mundo. Assim as regras de funcionamento da escola, os seus conteúdos de aprendizagem dão meios para reproduzir as desigualdades da sociedade capitalista. (MEKSENAS, 1994, p. 61).

Ainda de acordo com Meksenas (1994) a educação é realmente de classe uma vez que enfoca dois aspectos em relação à classe trabalhadora: de um lado, a preparação da consciência do homem para perceber a visão da classe empresarial como a única visão correta do mundo, e, do outro, preparar o indivíduo para o trabalho.

Há que se considerar que a classe empresarial e o Estado, com a finalidade de transmissão da ideologia dominante, se confundem e convivem numa simbiose em que se torna impraticável a identificação de ambos, pois, muitas vezes, o agente público é também empresário. Assim, a escola torna-se aparelho ideológico do Estado e da classe dominante, haja vista que esta é um dos maiores sustentáculos financeiros e econômicos da educação.

Para Meksenas (1994, p. 66),

[...] a escola como instituição reprodutora da ideologia, instituição que serve aos interesses da classe empresarial precisamente por apresentar esses interesses particulares como se fossem de todos. Nesse contexto, a escola reproduz os valores, as ideias, a cultura, o mundo da classe empresarial como o único mundo correto e possível.

Dessa forma, entende-se que o processo educacional é diverso para cada classe social, ainda que a ideologia tente demonstrar que é o mesmo, e, uma das formas de consecução deste objetivo se dá, também, através da utilização da linguagem para a transmissão de conhecimentos, valores e ideias. Ou seja, o processo educativo se dá, também, através do currículo oculto, que, por sua vez, não é neutro nem aleatório, mas induzido, premeditado e ostensivamente praticado.

Por conseguinte, a linguagem utilizada na escola não é única. Assim, a linguagem e até os gestos dos professores, os conteúdos dos livros didáticos, as regras de convivência, as normas disciplinares igualmente não são únicos.

Aquilo que aparece nos livros e as regras da escola são na maioria dos casos semelhante ao que um pai de família da classe dominante fala ao filho; semelhante aos livros encontrados em sua casa e até semelhante às regras de convivência nesta família. [...] para a burguesia, a escola é o prolongamento da vida cotidiana, pois a linguagem que a classe empresarial encontra na escola é a mesma utilizada em família. Em relação à classe trabalhadora, dá-se ao contrário: ao ingressar na escola, a criança pobre depara com uma linguagem da burguesia que não é a sua. A criança pobre se encontra diante de uma maneira de falar ou agir do professor, diante de livros e conteúdos de ensino que não correspondem à sua vida cotidiana de trabalho, pobreza e sofrimento. (MEKSENAS, 1994, p. 66-67).

Em resumo, afirma-se que a escola reproduz as desigualdades ao tratar os alunos de classes sociais diferentes com a mesma linguagem. Por outro lado, ainda que a escola seja reprodutora da ideologia dominante e, neste caso, a ideologia dominante é a dos governos que detêm o poder de produzir o que deve ser ensinado, a educação reproduz, ao mesmo tempo, as desigualdades sociais. Não é por acaso que a ideia de que a escola prepara o filho do médico para ser médico e o do operário para ser operário é sorrateiramente disseminada.

Assim, o currículo oculto, que se apresenta como se fosse uma lei, imprime a ideia preconceituosa, evidentemente, por exemplo, de que é muito difícil um aluno negro chegar a ser “doutor”. Essa ideia está presente na sociedade e na escola e essa transmissão se concretiza através de uma ideologia que é espalhada pelo professor, pelos alunos, pela sociedade, enfim, tornando a escola a transmissora ideal dessa ideologia.

Currículo e poder

Considerando que “o currículo nunca é apenas um conjunto neutro de conhecimentos, que de algum modo aparece nos textos e nas salas de aula de uma nação”, conforme explicita Apple (2002, p. 59), questionam-se as razões pelas quais alguns saberes são mais relevantes e até mais legítimos que outros ao mesmo tempo em que esses outros conhecimentos são excluídos dos currículos escolares. Ainda de acordo com Apple (2002, p. 59) “a educação está intimamente ligada à política da cultura. [...] Ele é sempre parte de uma tradição seletiva, resultado da seleção de alguém, da visão de algum grupo acerca do que seja conhecimento legítimo”. Mas, contrariando essa visão, Toffler (1973, p. 341) afirma que “nada deve ser incluído num currículo necessário sem que seja exaustivamente justificado em termos futuros. Se isto significar o cancelamento de parte substancial do currículo formal, paciência”.

Percebe-se, claramente, que a definição da relevância de determinados assuntos é uma clara demonstração de poder que está nas mãos das autoridades educacionais que determinam o quê, quando, onde e para que devem ser ensinados este ou aquele conteúdo. Confirmando, Sousa (s.d., p. 6) afiança que “as teorias críticas centradas sobre a Escola abordam o Currículo, como resultado de determinada seleção feita por quem detém o poder. O facto de seleccionar, de entre um universo amplo, aqueles conhecimentos que constituirão o Currículo, é, por si só, [...] uma operação de poder” (sic). Até mesmo a grade curricular, o horário de determinada aula, a quantidade de tempo para cada disciplina, a escolha do livro didático são características do exercício do poder.

Estas questões foram formuladas por Young (1971) que buscou relacionar a estratificação do conhecimento à estratificação social, mostrando como os conhecimentos mais valorizados pelos professores e pelas escolas correspondiam a interesses de grupos sociais dominantes. Dessa forma, para este autor são os grupos que

detêm o poder que determinam o conhecimento legítimo e como ele será organizado e distribuído nos sistemas educativos. Young deu destaque à forma pela qual o currículo se articula com o poder na sociedade e com a ideologia. (CABRAL et al, 2002, p. 123).

Assim, o controle do currículo é também uma forma de poder. As autoridades educacionais dominam toda a educação e não é possível qualquer mudança ou transformação sem que haja a aprovação de grupo dominante ou governante. Não é sem razão que “o presente currículo e sua divisão em compartimentos estaques não está baseado em qualquer concepção examinada a fundo, relativamente às necessidades contemporâneas” (TOFFLER, 1973, p. 342), mas no gosto e no poder desse mesmo grupo dominante ou governante.

Por sua vez, o controle curricular tem a clara intenção de moldar a sociedade, representado pelo o aluno, à imagem das necessidades empresariais, coisa que remonta aos primórdios da revolução industrial. “O Currículo surge, assim, do ponto de vista político, com carácter instrumental: ele destina-se a processar (transformar) o aluno com o máximo de eficácia e o mínimo de custos, numa lógica empresarial, comercial ou industrial” (SOUSA, s.d., p. 3).

Currículo e trabalho

Precisamente, para suprir as demandas empresariais e ao mesmo tempo acalmar as massas no período pós-revolução industrial, criou-se a escola com o intuito de formar e fornecer mão de obra especializada para atender ao capital. Nessa perspectiva, Toffler (1973, p. 333) afirma que “a educação em massa era a engenhosa máquina construída pelo industrialismo para produzir a espécie de adulto de que precisava”.

Considerando, como visto anteriormente, que o currículo é uma afirmação de demonstração poder, não se pode esperar que não esteja a seu serviço, ou seja, o currículo deve ser instrumento do poder, da situação, da classe dominante, haja vista que é esta a quem interessa a educação formal por meio do currículo oficial e a informal, através do currículo oculto, cujo objetivo maior é a formação de mão de obra.

O que se aprende na escola, pergunta-se Althusser? Aprende-se a ler, escrever, a contar, cultura científica e literária, além de avançar-se um pouco dentro do sistema de estudo. Estas técnicas e formas de aprendizagem estão relacionadas e são utilizáveis nos diferentes postos da produção (uma forma de instrução para operários, outra para técnicos, uma para engenheiros e uma diferente para gerentes superiores, etc). Na verdade, o que se aprende é o “know-how” capitalista. (MARQUES, s/d, p.2).

Sendo a educação o instrumento da reprodução das desigualdades sociais, interesse das classes sociais mais abastadas, notadamente a empresarial, é ela que determina o que deve ser estudado e aprendido em sala de aula. Para reafirmar esse raciocínio e não se satisfazendo com o currículo oficial é que foram criadas escolas específicas, com currículo próprio para produzir a mão de obra desejada. Trata-se das escolas de estudos técnicos, como por exemplo, o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) que forma mão de obra para a indústria ou o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) que atende aos interesses do comércio em geral.

Assim, a educação, e em última análise, o currículo, se transforma em apêndice empresarial com a intenção de formação de mão-de-obra através do ensino e da educação não formal.

Deve-se, pois, não só reproduzir a mão-de-obra do ponto de vista quantitativo (biológico), mas também qualitativo (cultural). Ou seja, torna-se necessária a formação profissional, segundo os diversos níveis e necessidades da divisão social do trabalho. [...] Com isso, a escola alcançou o foro de principal instrumento para a reprodução qualitativa da força de trabalho de que necessitava a sociedade capitalista. (LUCKESI, 1994, p. 43-44).

Contudo, para Rodrigues (1985, p. 6), “a escola não pode pertencer a nenhuma camada social privilegiada, mas há de ser pública na sua constituição, organização e na escolha dos seus fins”. É justamente por causa dessa nova consciência que o currículo oculto se estabelece, encontra um atalho, para que a escola transmita a ideologia e os interesses da classe empresarial ou dominante.

Currículo e aluno

O currículo escolar, tradicional, oficial, explícito, legal é aquele que impõe ao aluno uma aprendizagem e um método que na maioria das vezes são dissociados da realidade que o cerca, justamente porque é produzido em escritórios, por pessoas que não consideram os saberes e a cultura daqueles a quem se destina o currículo, demonstrando o poder e a ideologia a ser inculcada no ambiente escolar.

Para Toffler (1973) é uma incoerência educar para um tempo presente indefinido já que os sistemas educativos ainda não se adaptaram sequer à revolução industrial, haja vista que a escola permanece nos mesmos moldes do seu início, imagine para um futuro ainda mais incerto. “[...] dezenas de milhões de crianças hoje em dia são forçadas a despender horas preciosas de suas vidas e remoer uma espécie de material cuja utilidade futura é altamente controvertida” (TOFFLER, 1973, p. 341-342).

É por meio do currículo, que por sua vez se estende aos livros didáticos, que o professor espera respostas prontas, não se satisfazendo com aquelas diferentes, dadas por alunos, ainda que estejam de acordo com suas vivências e suas experiências.

Isso faz lembrar os casos em que Andrade e Moreira (2008) relatam: num deles, uma professora que representou em uma folha de papel as figuras de um boi, uma arara e uma galinha e solicitou aos alunos que colorissem o animal em extinção, ao que um aluno coloriu a galinha.

Questionado a razão da sua opção pela galinha, o aluno afirmou que no quintal de sua avó tinha muitas galinhas, mas como todo domingo se matava uma para o almoço, as galinhas estavam sumindo. Ou seja, a professora esperava a resposta já dada pelos livros, no caso, a arara.

A permissão da professora para a justificativa do aluno proporcionou a ela uma reflexão sobre sua prática e Lia, então, pôde perceber que o garoto Carlos não só havia entendido a pergunta por ela formulada como o tema estudado; ele teria ido além das exigências feitas por ela, rearticulando o conhecimento sistematizado (conceito de extinção) quando foi capaz de conectá-lo com o seu cotidiano (o quintal de sua avó); um saber produzido na escola conectado com um saber útil(izável) às suas próprias necessidades e valores. Em outras palavras, Carlos teria conseguido, e sua professora percebido, que

pode acontecer uma ligação entre os saberes que constituem o currículo escolar e os produzidos no dia-a-dia. (ANDRADE e MOREIRA, 2008, p. 115-116).

O outro caso simbólico refere-se à aluna que também respondeu diferentemente da resposta esperada pela professora que, tentando ensinar as cores, afirmou que o leite sem chocolate é branquinho, mas leite com chocolate é... ao que a aluna respondeu: muito bom, tia. (Andrade e Moreira, 2008).

São emblemáticos estes dois exemplos de como as práticas escolares, somando-se com os conteúdos dos livros didáticos e os currículos impõem aos alunos conceitos e conhecimentos que são repassados como se fossem únicos, ou seja, cujas respostas às suas dúvidas tivessem apenas uma visão e justamente a visão do professor ou dos livros.

Esses são também exemplos de currículo oculto em que o professor, ao demonstrar insatisfação com uma resposta diferente da sua, “diz” para o aluno que ele está errado e a resposta certa é a dele professor.

Dessa forma, essa atitude impõe ao aluno uma relação de submissão em relação ao professor, ao mesmo tempo em que reafirma a autonomia e a autoridade do professor, notadamente em sala de aula. Como se percebe, “os meninos têm poucas oportunidades para determinar o que precisam aprender. As variações de escola para escola são mínimas” (TOFFLER, 1973, p. 342).

Currículo Oculto

Considerando que toda e qualquer norma, atitude, jeito, maneira de falar, de vestir, de andar, de se comportar, etc., principalmente por parte daquelas pessoas que exercem influência no recinto escolar, é pertinente entender que tudo isso faz parte do que se pretende ensinar aos alunos, como por exemplo, o conformismo, o individualismo e a obediência. Ou seja, as atitudes e ações são intencionais e constituem o que se denomina de currículo oculto.

Sendo assim, são inúmeros os casos de currículo oculto, haja vista que qualquer ação pode se transformar em ensinamento ou influência sobre as pessoas, com a intenção de inculcar-lhes uma ideia ou comportamento, destacando-se como presença ostensiva no ambiente escolar os seguintes exemplos de currículo oculto:

Fardamento ou uniforme

O fardamento ou uniforme, como o próprio nome sugere, forma uma, ou seja, tornar único, igual, única forma daqueles que usam o fardamento, portanto, é uma tentativa de nivelar os estudantes para que uns não pareçam mais superiores e mais afortunados que outros através da ostentação de suas roupas. Ao mesmo tempo, o fardamento escolar, ao nivelar todos, impõe a ideia de submissão também a todos. Portanto, o uniforme foi uma invenção para a escola, com a finalidade de tornar todos iguais ao mesmo tempo em que incute a ideia de submissão além da ideia de pertencimento a uma classe ou a um grupo social, do ser incluído, cujo objetivo maior é a motivação para continuar “fazendo parte” e assim, evitar a rebeldia ou a insubordinação, a não aceitação da escola como instituição.

De acordo com Corazza (2003, p. 62) “quem, ao vestir um uniforme, nunca experimentou a gostosura de pertencer a uma comunidade, grupo, gueto, tribo, de não estar fora, mas de estar dentro, de ser aceito, de estar integrado, de fazer parte, de estar incluído...”. Houve um tempo em que o uniforme servia, também, para distinguir o gênero. Assim, os alunos usavam calças e camisas e as alunas vestiam saias e blusas ou vestidos. Além disso, uma das

ideias para a aceitação mais fácil do fardamento e sua adoção é a de que se torna mais barato do que roupas comuns que precisam ser trocadas de modelo constantemente. Portanto, o uniforme ou fardamento é um dos meios mais poderosos de desenvolver as ações regulatórias na escola.

Filas indianas

As filas indianas de carteiras escolares dentro da sala de aula têm como finalidade manter a atenção do aluno para frente, visualizando o professor, principalmente com a finalidade de obstruir a comunicação entre os alunos. O sentido dessa formatação de sala de aula guarda uma significação de poder em que o professor se torna em dono do conhecimento e os alunos apenas pacientes e receptáculos. Há escolas em que existe uma espécie de palco em que o professor se torna mais alto que os demais, numa velada afirmação de que ele precisa ver todos os estudantes em sala de aula, mas na verdade esconde a ideia de superioridade, de autoridade e de dono do conhecimento.

A fila indiana dentro da escola, mas fora da sala de aula também tem um poder extraordinário ao “ensinar” submissão, prioridade, organização, etc. Alunos em fila significa a possibilidade de oferecer o lugar a outro de detrás, por exemplo, ensinando a civilidade, os bons modos, etc.

Matemática (homem x mulher)

A aversão da maioria dos alunos, especialmente das alunas, ao ensino da Matemática também constitui um elemento camuflado de dominação ao mesmo tempo em que guarda uma importante dose de mistério em que o professor se torna, cada vez mais, dono do conhecimento. Com isso, o professor transmite, consciente ou não, a ideia de autoritarismo, individualismo e competição, ao mesmo tempo em que vincula o conceito de que a Matemática é uma disciplina difícil de se entender. Esse mesmo conteúdo também é disseminado na forma de que as meninas não apenas têm dificuldades de aprender Matemática assim como os meninos têm mais facilidade e disso resulta que os cursos superiores de Engenharia, Arquitetura, Matemática, etc. (que exigem mais conhecimentos de Matemática, Física, etc.) são reservados para os alunos, ficando para as alunas os cursos de Pedagogia, Nutrição, Moda, Terapia ocupacional, etc., que não têm uma exigência maior dos conhecimentos daquelas disciplinas escolares.

Isto não está escrito em nenhum lugar e não é uma regra. É um comportamento aparentemente ao acaso, mas existe e é transmitido de forma disfarçada na escola e na sociedade. Não é por acaso (ou é) que a maioria dos professores, principalmente no ensino fundamental, é constituída por mulheres, justamente porque os Cursos de Pedagogia são frequentados em sua grande maioria por elas. Chega a ser uma forma de preconceito o fato de o homem não fazer cursos “destinados” a mulheres.

Outra forma de justificar o fato da maioria de professores no ensino fundamental ser mulher tem a ver com preconceito e ao mesmo tempo com a ideia de que, não faz muito tempo, as mulheres eram somente “donas de casa” que cuidavam do marido enquanto este trabalhava (como se em casa a mulher não trabalhasse) e dos filhos. Mas hoje em dia, mesmo as mulheres casadas e com filhos, constituem enorme contingente de trabalhadoras no comércio, na indústria e nos serviços e não mais apenas “tomando conta da casa” enquanto o marido trabalha fora.

Sala de aula

O ambiente de estudo, a sala de aula, também se constitui em elemento do currículo oculto ao mudar totalmente os hábitos do aluno que sai da educação infantil para o ensino fundamental, por exemplo. Na educação infantil, a criança tem toda a liberdade enquanto que

ao entrar para o ensino fundamental, passa a permanecer em fila, sentada, imóvel, muitas vezes reprimindo até mesmo suas necessidades fisiológicas em nome da disciplina, em que há determinação de horário para todas as suas atividades, desde aula, recreio, etc. Essa é uma das maneiras mais eficazes de “ensinar” submissão.

Livros didáticos

Por sua vez, os livros didáticos transmitem lições explícitas sobre o conhecimento acumulado pela humanidade da mesma forma que ensina outros conteúdos ocultos. Se percebermos, as figuras dos livros didáticos, normalmente são bonitas, vistosas, pessoas bem vestidas, mesmo em situações adversas. Esta é uma maneira de facilitar a assimilação de conteúdos que possivelmente seriam questionados. Não se deve esquecer que os conteúdos dos livros são ditados pelos que têm poder, pelas autoridades educacionais, que, ostensivamente ou não, transmitem suas ideologias, promovendo a dominação e as desigualdades sociais.

Desigualdades sociais

Também são transmitidos em sala de aula, através dos professores ou dos livros, ou ainda por meio do senso comum, conceitos como os que afirmam serem naturais as desigualdades sociais, assim como opiniões de que o trabalhador menos qualificado é ignorante ou que o aluno pobre tem menos capacidade de aprendizagem que o aluno abastado, ou ainda, que o pobre aprende para ter um emprego melhor ao passo que o aluno abastado aprende para dar continuidade à profissão do pai, geralmente empresário. Além disso, há a ideia de que a criança pobre e sua família são as responsáveis pelo fracasso escolar (MEKSENAS, 1994).

Desintegração da família

Além da escola, a própria sociedade, sorrateiramente, incute a ideia de que a desintegração da família, a pobreza, a má alimentação, as más condições higiênicas são responsáveis pelo desinteresse da criança pela escola ou pelo seu fracasso, e dessa forma, “inocenta-se a escola e se culpa o próprio aluno ou sua família pelo fracasso escolar”. (MEKSENAS, 1994, p. 69).

Preconceito de cor

O preconceito também consta da lista de conteúdos ocultos que é transmitido através da escola, como por exemplo, a ideia velada de que o aluno negro ou o aluno negro e pobre é menos capacitado do que o aluno branco. É muito comum as redes sociais e até mesmo os órgãos da imprensa destacarem que um determinado aluno, pobre e filho de negros conseguiu se destacar, ao passar num concurso vestibular ou mesmo se formar “doutor” numa Universidade.

Elogio e poder - prêmio e castigo

Outro aspecto importante do currículo oculto se cristaliza nas formas sutis de premiar o sucesso ou castigar o insucesso. Trata-se dos vetores elogio e poder que são formas de distinção dos alunos em que o sistema de recompensa se liga automaticamente ao sucesso, notadamente quanto ao comportamento, enquanto que os castigos e as punições ligam-se aos fracassos, ainda que tal sistema esteja presente, também, no currículo expresso.

Mas, é o aspecto comportamental, é o jeito e a maneira de se expressarem e de se conduzirem na escola ou fora dela que as ideias de sucesso ou de fracasso, de poder ou de submissão são transmitidas aos alunos e conseqüentemente à sociedade. Portanto, é o currículo oculto que, embora não escrito ou oficial, se encarrega de incutir conceitos normalmente

pensados e produzidos pelos detentores do poder, ou seja, pelas mesmas pessoas que pensam e produzem o currículo oficial.

Jackson (1990, p.34) afirma que “the point is simply that in schools, as in prisons, good behavior pays off”⁴. Convém notar, ainda de acordo com Jackson (1990, p.35), que “indeed, many of the rewards and punishments that sound as if they are being dispensed on the basis of academic success and failure are really more closely related to the mastery of the hidden curriculum”⁵.

Visão de família

Outro (pre)conceito que a escola e a sociedade “ensinam”, dissimuladamente, se refere ao predomínio do *status quo*, à manutenção das tradições como forma de legitimar as ideologias. Por exemplo, a visão de família, para a escola e para a sociedade, é aquela constituída minimamente de pai (homem) e mãe (mulher), negando novos conceitos sociais que permitem a família constituir-se de pai (homem) e mãe (homem) ou pai (mulher) e mãe (mulher).

Na escola, filhos adotados por esses casais sociais modernos são questionados por seus pares e mesmo por professores sobre sua mãe ser um homem, ou seu pai ser uma mulher, por exemplo, com a finalidade de constranger a criança, e até mesmo seus pais, e assim transmitir a ideia de família tradicional.

Considerações Finais

Ante ao exposto, não se pode negar o poder que o currículo oculto exerce sobre a formação dos alunos até mesmo sobre as pessoas da sociedade que sequer frequentam salas de aula, tamanha é a força das ideias que a escola e a sociedade disfarçadamente transmitem. Tanto a escola quanto a sociedade possuem seus currículos ocultos pelos quais incutem nas pessoas suas regras, suas atitudes, seus comportamentos e seus *modus vivendi*.

Também não é possível negar que a escola transmite a ideologia dominante, ou seja, aquela que interessa às classes mais privilegiadas, aos empresários, reproduzindo assim, as desigualdades sociais haja vista que é por meio do currículo que tal ideologia se cristaliza, porque é projetado, planejado e executado por pessoas com poderes para impor suas vontades, suas experiências, seus quadros de referência ao possuírem a capacidade legal para impingir um currículo oficial, escrito e obrigatório.

Assim, a escola, através do currículo oficial e principalmente por meio do currículo oculto passa a ser o instrumento mais eficaz para a transmissão dos valores que interessam aos detentores do poder, haja vista que estes são os que produzem e formatam o currículo escolar, à sua imagem e semelhança.

Então, o que mais precisa ser observado, discutido e desconfiado é tudo aquilo que a sociedade considera como sendo normal, comum, silencioso e inerte. É importante e oportuno lembrar que não existe nada neutro no mundo, especialmente numa coletividade em que o lucro, o poder e a avareza são uma constante.

Portanto, é pensado e proposital fazer com que a sociedade, notadamente a escola, entenda que alguns valores, crenças, comportamentos e atitudes são normais e comuns

⁴ A questão é simplesmente que nas escolas, como nas prisões, o bom comportamento compensa.

⁵ De fato, muitas das recompensas e punições que parecem estar sendo dispensadas com base no sucesso e no fracasso acadêmico estão realmente mais estreitamente relacionadas ao domínio do currículo oculto.

(currículo oculto), mas sob o manto da desfaçatez atende a todo tipo de interesses e ideologias das classes empresariais privilegiadas e poderosas do sistema capitalista que busca na instituição educacional a formação de pessoas capazes de atender às demandas de mão de obra da indústria, do comércio e dos serviços em geral, não implicando o quanto aquelas pessoas sejam ou estejam satisfeitas com seus modos de vida. O importante é dispor de mão de obra qualificada e a escola é a entidade pensada e organizada que é capaz de suprir essa necessidade.

Referências

ANDRADE, Elenise Cristina Pires de; MOREIRA, Valéria Cristina da Silva Sousa. **Professor, aluno, conhecimento currículo a partir da pedra no pântano**. TCC: s/ed, 2008.

APLLE, Michel W. A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional? In: **Currículo, cultura e sociedade**. 7ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

CABRAL, Alcides Luis; FERREIRA, C. R.; COLOMBI, F. C. C. **Currículo, poder e identidade**. Itajaí (RJ): Contrapontos, 2002.

CORAZZA, S. M. **O paradoxo do uniforme**. Revista Pedagógica. Porto Alegre: ARTMED, Ano VII, nº 28 nov. 2003/jan. 2004.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1972.

HILL, Norman. **Como melhorar o desempenho dos empregados**. Editora Pedagógica e Universitária: S. Paulo, 1986.

JACKSON, Philip W. **Life in classrooms**. Teachers College Press: New York, 1990.

KRUPPA, Sonia M. Portella. **Sociologia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. Cortez: São Paulo, 1994.

MACHADO, Fernando Augusto; e outros. Definição de Currículo. In: **Currículo e Desenvolvimento Curricular**, ASA: Porto, 1991.

MARQUES, Rafael da Silva. **Os aparelhos ideológicos de estado: breves considerações sobre a obra de Louis Althusser**. s/ed. s/d.

MEKSENAS, Paulo. **Sociologia da Educação. Introdução ao estudo da escola no processo de transformação social**. São Paulo: Loyola, 1990.

PERRENOUD, Phillippe. **La construcción del éxito y del fracasso escolar**. Ediciones Morata, S.L.: Madrid, 1996.

RODRIGUES, Neidson. Uma nova visão da função social e política da ação educacional. In: **Por uma nova escola: o transitório e o permanente da educação**. Cortez: São Paulo, 1995.

SACRISTÁN, J. Gimeno; GÓMEZ, A. I. Perez. **O currículo: os conteúdos do ensino ou uma análise prática? Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Arned, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Quem escondeu o currículo oculto. In **Documento de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SOUSA, J. M. **A Dimensão Política do Currículo**. s/d. Disponível em <<https://bitlybr.com/O7glrC>>. Acesso em 12/01/2020.

TOFFLER, Alvin. **O choque do futuro**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1973.

Antonio Vuldembergue Carvalho Farias

Doutor em Ciências da Educação - Inovação Pedagógica - Universidade da Madeira - Portugal.

E-mail: vuldembergue@gmail.com

Site: www.vuldembergue.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9902-8526>

Endereço: Rua Barracuda, 610 - Ap. 101, Bloco C - CEP 61700-000 - Aquiraz - Ceará.